Trajetória da TV Pública no Brasil: 50 anos de história e contradições[1]

Luciana Salviano Marques da SILVA[2]
Valquíria KNEIPP[3]
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

Resumo

A televisão pública no Brasil completou meio século de existência em 2017, mas ainda vive sob o estigma de não ser independente como modelos de sucesso, como os europeus. Este artigo visa apresentar a trajetória da TV Pública no Brasil e os caminhos que a conduziram à sua posição atual, bem como suas fases e moldes de financiamento e gestão. Para tanto, precisamos voltar ao seu início e percorrer sua história, mostrando sua evolução. Para contar essa história utilizamos as fases da televisão pública descritas por Valente (2009) e acrescentamos uma quarta fase para estabelecer o momento atual e sua nova configuração com a chegada da TV Brasil. Também discutimos as contradições que envolvem o tema e as preocupações sobre o futuro da TV Pública brasileira a partir da gestão presidencial atual. **Palavras-chave:** TV Pública; TV educativa; Televisão; Trajetória.

1. Introdução

Para falar sobre a trajetória da TV pública no Brasil é preciso retomar historicamente o período político pelo qual passava o país na década de 1960. Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, em um regime de exceção que durou 21 anos, nasce também a necessidade de desenvolver, integrar e mostrar a nova ordem social do país, e uma das maneiras escolhidas foi através dos meios de comunicação de massa, principalmente a televisão.

Para Mattos (2010, p.48) a mídia eletrônica foi utilizada pelos militares como meio para "construir o espírito nacional baseado na preservação das crenças, culturas e valores". Nesse sentido, Aguiar (2012) acrescenta que o Estado "exerce papel decisivo no desenvolvimento e regulamentação dos meios de comunicação, e em particular dos meios de transmissão, estabelecendo leis e agências regulamentadoras e adotando novas tecnologias no sistema nacional de telecomunicações" (AGUIAR, 2012, p. 76).

[1] Trabalho apresentado no GT História das Mídias Audiovisuas integrante do 5º Encontro Nordeste de História da Mídia.
[2] Mestranda em Estudos da Mídia pelo PPGEM/UFRN, email: luciana.salvianoms@gmail.com
[3] Professora do PPGEM/UFRN, email: valquiriakneipp@yahoo.com.br
[2] Mestranda em Estudos da Mídia pelo PPGEM/UFRN, email: luciana.salvianoms@gmail.com
[3] Professora do PPGEM/UFRN, email: valquiriakneipp@yahoo.com.br

Como parte dos planos de desenvolvimento do país, o governo decide construir um sistema de educação para as massas a partir da televisão e em 1967, cria a televisão educativa por meio do Decreto-Lei nº 236, que estabelece:

> Art 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.
>
> Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos. (BRASIL,1967).

Com isso, a TV pública chega ao Brasil representada pelas TVs Educativas, ou seja, emissoras sem fins lucrativos de caráter pedagógico, por meio de um órgão oficial voltado para o fomento de programação educativa, a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE).

De acordo com Silva Júnior (2013), em 1950 existiam três modelos mundiais estabelecidos: Estatal (modelo soviético), Comercial (modelo americano) e Público (modelo britânico). Este último, segundo o autor (SILVA JUNIOR, 2013, p.17), nasce na Europa, e é formulado por conceitos como a busca de controle pelo poder público; repúdio ao modelo comercial dos Estados Unidos; e como instrumento de democratização social.

Nesse sentido, Leal Filho (1988, apud SILVA JUNIOR, 2013, p.23) contextualiza o surgimento da TV educativa como "uma clara decisão política neste cenário. É neste capítulo da história da televisão que a atuação do regime militar, até então discreta e indireta, torna-se explícita". Aguiar (2012, p.76) vai além, e acredita que por ter feito parte de mais da metade da história da TV no nosso país "suas ações ainda continuam a ter reflexo na estrutura que temos no país como um todo e também no setor de televisão".

Mattos (2010) divide a história da televisão brasileira em sete fases: elitista, populista, do desenvolvimento tecnológico, da transição e expansão internacional, da globalização e Tv paga, da convergência a qualidade digital e por fim, da portabilidade, mobilidade e interatividade digital. Dessa forma, nomeia o período de 1964 a 1975 de Fase Populista, já que o governo militar aumentou a produção de aparelhos televisivos e introduziu uma política de crédito para que as camadas menos favorecidas da população

tivessem acesso ao meio de comunicação. Segundo o autor, "a partir de 1964, quando o país tentava encontrar os caminhos do desenvolvimento, a televisão passou a ser considerada como um dos símbolos da modernidade pretendida" (MATTOS, 2010, p.100).

Para falar da história da TV pública no Brasil Valente (2009) também cria fases, separando-as entre a fase da TV como instrumento de teleducação, que vai de 1967 a 1981; a fase de inserção qualificada na concorrência, entre os anos de 1981 e 1993; e por último a fase de crise e reestruturação que tem início em 1993 e vai até 2007. Neste artigo, vamos além, e acrescentamos uma quarta fase que tem início em 2007 com a criação da TV Brasil e vai até os dias atuais e mostra esse novo modelo de fazer TV pública em nosso país.

2. A TV pública como instrumento de teleducação (1967-1981)

Desde sua criação até o início da década de 1980, as televisões educativas tinham vocação exclusivamente educacional e focavam na criação de teleaulas, promovendo uma educação à distância. Em 1974 é implantado no Brasil um sistema doméstico de comunicações por satélite e elaborado o Projeto Saci (Satélites Avançados de Comunicações Interdisciplinares), a fim de reduzir o número de analfabetos, já que este era um dos entraves à tão sonhada modernização do país, principalmente nas regiões norte e nordeste[4]. O projeto foi interrompido em 1978 por causa dos altos custos mas abriu as portas para a criação de TVs educativas e universitárias em diversos estados do Brasil.

A primeira TV educativa implantada foi a TV Universitária de Pernambuco em 1967. Entre os anos de 1967 e 1974 foram criadas outras oito emissoras educativas com vinculações diversas (FRADKIN, 2003) como pode ser observado no quadro 1. A responsabilidade de implantar as televisões ficou a cargo dos governos estaduais e fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações, conforme estabelecia o artigo 14 do decreto-lei 267.

Em 1969, a TV Cultura de São Paulo, que até então pertencia aos Diários Associados, é vendida à Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e Televisão Educativa, e traz como missão "promover a formação crítica do homem para a cidadania

[4] Projeto Saci. http://www.educabrasil.com.br/projeto-saci/

através da educação, cultura, arte, informação e entretenimento" (SILVA JÚNIOR, 2013, p.44). O autor explica que

> A proposta inicial da FPA já se baseava no escopo público e suprapartidário da BBC de Londres. Assim como em sua predecessora inglesa, sua administração seria entregue a um conselho misto com representantes de instituições públicas e privadas, aqui ligadas à educação e cultura em São Paulo, tais como USP, Unicamp, PUC, entre outras (SILVA JÚNIOR, 2013, p.55).

Embora já houvesse o desejo de constituir uma TV pública nos moldes da BBC, a Fundação Padre Anchieta não tinha liberdade para produzir o seu conteúdo, já que todas as TVs educativas eram alimentadas pelas produções realizadas pelo Prontel (Programa Nacional de Teleducação, instituído em 1972. "Enquanto os executivos estaduais construíam suas televisões e rádios, o governo federal atuava como centro de produção de programas educativos" (INTERVOZES, 2009, p. 271).

Quadro 1 Primeiras emissoras Educativas e suas vinculações.

EMISSORA	ANO DE FUNDAÇÃO	VINCULAÇÃO
TVE do Amazonas	1968	Fundação Pública Estadual – Secretaria de Cultura
TVE do Ceará	1973	Fundação Pública Estadual - Secretaria de Educação
TVE do Espírito Santo	1974	Fundação Pública Estadual - Secretaria de Educação
TVE do Maranhão	1969	Fundação Pública Estadual - Secretaria de Educação
TVU de Pernambuco	1967	Universidade Federal - Ministério da Educação
TVE do Rio de Janeiro	1975	Fundação Pública Federal - Ministério da Educação
TVU do Rio Grande do Norte	1972	Universidade Federal - Ministério da Educação
TVE do Rio Grande do Sul	1974	Admin. Direta Estadual - Secretaria de Educação
TV Cultura de São Paulo	1969	Fundação Priv. Estadual - Secretaria de Cultura

Fonte: FRADKIN, 2003.

Já em 1975 o executivo federal passou a atuar como operador das emissoras. No mesmo ano foi criada a TVE do Rio de Janeiro, que veiculava as produções da FCBTVE, além disso, "foi aprovada a Lei nº 6.301, que criou a Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás) como órgão responsável pela exploração dos serviços de rádio e TV do governo" (INTERVOZES, 2009, p. 271).

3. Inserção mais qualificada na concorrência televisiva (1981-1993)

Na década de 1980, o setor começou a ver algumas mudanças, principalmente em relação à educação a distância, que é deixada de lado por causa do alto custo. Valente (2009) justifica a delimitação da fase pela busca de um novo papel na concorrência televisiva por meio das emissoras educativas, "levemente menos marginal e mais qualificado quanto à disputa da atenção do público adotando um perfil mais generalista e menos centrado nos programas educativos"(VALENTE, 2009, p.69).

Dentre os principais motivos para a mudança de paradigma na televisão pública estão a redução da força do projeto militar e início do movimento Diretas Já; queda no repasse de recursos pelo governo; e a busca de audiência para justificar sua existência (VALENTE, 2009). Outro impulso dado às TVs públicas foi a promulgação da Lei Sarney (Lei nº 7.505/86) que permitiu a captação de patrocínios e flexibilizou a proibição do repasse, imposto pelo Decreto-Lei 236/67.

Com as dificuldades enfrentadas pelas emissoras pequenas, foi criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), numa tentativa de produzir um intercâmbio de programas entre elas, porém a maior barreira era a interiorização, uma vez que não havia canais educativos na cidades do interior do país.

> A solução dada pelo governo foi a permissão, por meio do Decreto nº 96.291, de 1988 e pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 93, de 1989, para que as retransmissoras de TV (RTVs) pudessem veicular 15% de programação local. Assim, prefeituras e outras entidades teriam interesse em obter uma retransmissora, pois poderiam inserir parte de programação própria para aquela localidade (INTERVOZES, 2009, p.272).

Entretanto, na prática, o que aconteceu foi que grandes emissoras como a TV Cultura de São Paulo e a TVE Rio de Janeiro ficaram como as responsáveis por transmitir a

maior parte desse conteúdo, enquanto as pequenas emissoras começaram a ser exploradas para fins políticos, por ser menos regulamentadas, mais baratas e sem impedimentos quanto ao conteúdo.

Em contraponto, emissoras como TV Cultura e TVE Rio de Janeiro aproveitam o fim da ditadura militar e a nova forma de captação de recursos para ampliar sua programação, ganhar audiência e se tornarem referência em qualidade. A TV Cultura inicia a veiculação de uma programação diversificada, iniciando um processo de construção de uma TV pública nacional (SILVA JÚNIOR, 2013, p.56). É nesse período que surgem programas como o Vox Populi. A TVE Rio de Janeiro também adota nova programação, sob o slogan "A Nova Imagem da Liberdade" (VALENTE, 2009, p. 71) decide colocar no ar programas antes vetados pela ditadura, um desses exemplos é o programa Sem Censura, exibido até hoje pela emissora.

4. Crise e reestruturação (1993 – 2007)

A década de 1990 chega marcada pelas políticas neoliberalistas promovidas principalmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que buscavam diminuir as estruturas do Estado. E tais mudanças afetaram diretamente as TVs públicas. Aguiar (2012) lembra que durante o período, as principais expressões de TV Pública no Brasil, "TV Cultura e a TVE do Rio de Janeiro, foram sucateadas e levadas a adotar um modelo de sustentabilidade mais integrado às verbas publicitárias" (AGUIAR, 2012, p.134).

Com a redução de receitas orçamentárias e a crise de administração no governo FHC, as televisões públicas por todo o Brasil foram sucateadas, fator agravado pela entrada da TV Cultura no satélite, "provocando uma ruptura no frágil equilíbrio que sustentava o Sinred, pois sua programação, àquela época, era de qualidade indiscutivelmente superior" (FRADKIN, 2003).

É nesse momento que surge a Associação Brasileiras e Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC). Fradkin (2003) explica que em 1999 as emissoras que participavam da Associação "criaram a Rede Pública de Televisão – RPTV com o objetivo de estabelecer uma grade de programação comum e obrigatória para todas as emissoras

associadas" (FRADKIN, 2003). Essa programação era mais plural e abrangia programas jornalísticos, culturais e de entretenimento sem deixar de lado a educação.

Entretanto as disputas internas fizeram com que o projeto da RPTV não prosperasse. Valente (2009) relata que

> Desde a concepção, a iniciativa era atravessada por uma disputa entre a TV Cultura, então emissora com a melhor programação entre as associadas, e a TVE do Rio de Janeiro, que historicamente constitui-se como a coordenadora dos sucessivos programas governamentais de integração e organização das emissoras em arquiteturas sistêmicas. (VALENTE, 2009, p.81)

Se por lado, as emissoras públicas de canais abertos estavam em crise, por outro uma iniciativa do Governo Federal abriu um leque de novos canais públicos na TV a Cabo. Sancionada em 6 de janeiro de 1995, a Lei nº 8.977, mais conhecida como Lei do Cabo, regulamentou o serviço e impulsionou a expansão da rede de emissoras de TV públicas, com a criação de canais legislativos, que até então não faziam parte do modelo de comunicação brasileiro.

O artigo 23 da lei 8.977/95 previu uma série de canais básicos de utilização gratuita que deveriam fazer parte de todos os pacotes de TV a Cabo. Dentre eles: Canais municipais e estaduais para Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa, respectivamente; um canal reservado para a Câmara dos Deputados; uma canal para o Senado Federal; um canal Universitário; um canal educativo-cultural; um canal comunitário; além de um canal para o Supremo Tribunal Federal. Mas sem uma política de fomento aos canais, investimento em conteúdo local, a criação desses novos canais foi lenta e desordenada, e até hoje sem grande relevância para o público assinante de TV a Cabo.

O período de crise se estende até o primeiro governo Lula (2003-2006), quando as mudanças ainda são tímidas, com tentativas de discutir o futuro da TV pública brasileira, como a realização do seminário realizado pela Acerp, "O futuro da TV pública", que discutiu os caminhos da TV pública e novas formas de pensar o tema (INTERVOZES, 2009).

Mas foi só em 2006 que o assunto ganhou maior notoriedade e a discussão foi tema de um fórum promovido pelo Ministério da Cultura e apoiado pela Casa Civil, Radiobrás,

TVE e associações como Abepec, Astral, ABTU e ABCCOM. O I Fórum Nacional de TVs Públicas teve como objetivo "discutir o desenvolvimento da TV pública no Brasil" (NAZARENO, 2007, p.12).

É a partir desse momento que a TV pública ganha um novo fôlego e nasce o escopo para a criação de uma nova rede de televisão pública no Brasil, que promete reestruturar o setor e dar um novo significado para o termo no nosso País.

5. Um novo modelo de TV Pública (2007 -)

Apesar de Valente (2009) só classificar três fases para a televisão pública no Brasil, entendemos que é pertinente acrescentar uma quarta fase, que seria a partir da criação da TV Brasil em 2007 e mostrar como o setor da comunicação pública se desenvolveu a partir da criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Valente (2009, p.90) defende o conceito de televisão pública como "aquelas vinculadas, mantidas, exploradas e controladas pelo Estado". Entretanto, esse conceito pode ser controverso já que pode ser confundido com o conceito de TV Estatal. Sobre esse tema, Coutinho e Oliveira Filho (2014) explicam que há semelhanças entre os modelos já que os dois são financiados com o dinheiro público e tem um possível vínculo com a União. No entanto, uma das diferenças básicas é que enquanto a TV Estatal é voltada para divulgação de ações do Governo Federal, a TV Pública deve ser local de variedades de gêneros e formatos e acima de tudo, um espaço para o cidadão e para discussões relevantes para a sociedade.

Durante o I Fórum Nacional de TVs públicas, que discutia a necessidade de instituir uma verdadeira comunicação pública no Brasil, os Grupos de Trabalho chegaram a uma definição de TV Pública como:

> Entidade jurídica prestadora de serviço público de radiodifusão e cabodifusão de sons e imagens, sem fins lucrativos, prestados num regime jurídico caracterizado pelo controle e participação da sociedade civil, permitindo cooperação entre si, e com financiamento de recursos públicos e privados (NAZARENO, 2007, p.12)

A Lei nº 11.652 de abril de 2008 que autoriza a constituição de uma Empresa Pública de Comunicação (EBC), estabelece como alguns dos princípios básicos dessa

empresa pública: a promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo; produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente; respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

A EBC, encarregada de toda a comunicação do governo federal, cumpre sua função de prestadora de serviços e contribui para o objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a construção da cidadania, com uma programação educativa, inclusiva, artística, cultural, informativa, científica e de interesse público, com foco no cidadão. Além de ser formada por estações de rádio e da Agência Brasil[5], a empresa é responsável por três emissoras de televisão: a NBR, canal do poder executivo; a TV Brasil Integración, que leva conteúdo do Brasil para a América Latina; e a TV Brasil, que nasce de uma fusão entre a TV Nacional de Brasília e as TVE do Rio de Janeiro e Maranhão (INTERVOZES, 2009).

Nesse contexto, a TV Brasil surge com o objetivo de ser a primeira TV efetivamente pública de dimensão nacional. Seu modelo de gestão, estabelecido pela Lei 11.652/08, é formado por Diretoria Executiva, Conselho Curador, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal.

Seu modelo de financiamento se divide entre dotações orçamentárias, prestações de serviço, distribuição de publicidade legal do Poder Executivo, apoios culturais, publicidade institucional, receitas obtidas por meio de leis de incentivo à cultura e ao audiovisual. Tudo isso, levou a crer que estávamos caminhando para uma comunicação mais democrática e com a participação da sociedade.

No entanto, alguns pontos devem ser ressaltados. Apesar de ter sido criada com o princípio de "independência em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição do conteúdo" (AGUIAR, 2012, p.154), a TV Brasil foi vinculada à Secretaria de Comunicação Social e seu diretor-presidente e diretor geral são

[5] A Agência Brasil é uma agência pública de notícias criada em 1989, logo após a incorporação da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) pela extinta Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobras). Atualmente integra o sistema público de comunicação.

indicados pelo Presidente da República. Além de ter em seu conselho curador, 15 pessoas indicadas pelo Presidente.

Sobre isso, Valente lembra que "o fato da indicação de membros da sociedade ser feita pelo Presidente da República condiciona o acesso das classes dominantes ao aparelho à força hegemônica do Executivo Federal" (VALENTE, 2009, p.148).

Silva Júnior (2013) explica que a TV Pública é o espaço onde o cidadão encontra a representação plural da sociedade. Um lugar de acesso universal a todos os cidadãos; com referência identitária; com acesso à variada gama de opinião, debate, informação detalhada; ampla gama de programas; e independência política, editorial e financeira.

O desejo da sociedade de criar uma nova forma de fazer comunicação pública e de superar os modelos passados de atrelamento dos canais públicos aos governos parecia que iria se concretizar com a EBC, mas na prática, o que vimos foi a dependência ao Executivo Federal tanto na gestão como no financiamento, o que causa desconfiança sobre essa independência e democracia com as quais se define.

Sobre o conteúdo, Coutinho e Oliveira Neto (2014, p.9) mostram que "há dependência das agendas oficiais, sendo que a maior parte das matérias era da editoria de cotidiano (32,32%), seguido pela política", além da falta de debates políticos, o que acaba empobrecendo o conteúdo e diminuindo a possiblidade de responder aos anseios da sociedade. Os autores também ressaltam que muitas das práticas jornalísticas são consideradas semelhantes às das emissoras comerciais, quando deveriam fazer um jornalismo mais responsável e voltado aos interesses do público.

O panorama atual da TV pública no Brasil se distancia ainda mais de um modelo ideal de comunicação pública, como nos moldes europeus. Isso porque em 2017, um ano após o golpe que tirou a presidente Dilma Rousseff, foi sancionada a Lei 13.417/17 que altera a Lei 11.652/08, responsável pela criação da EBC. Entre as principais mudanças estão a vinculação da EBC, que deixa de responder à Secretaria de Comunicação Social (Secom) e passa a ser vinculada à Casa Civil da Presidência da República; a extinção do Conselho Curador; e o fim do mandato fixo para o presidente da empresa, o que garantia autonomia em relação ao governo Federal.

Responsável por zelar pelos princípios e pela autonomia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o conselho curador atuava de forma a impedir que haja ingerência indevida do Governo e do mercado sobre a programação e gestão da comunicação pública. Também era ele o responsável por representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e do plano de trabalho da empresa. Com a medida, a Empresa Pública de Comunicação deixa de ter a sociedade como mentora e passa a ser comandada pelo Executivo Federal.

Em moção de repúdio publicada no site da EBC, o Conselho Curador

> repudia de forma veemente a Medida Provisória 744...que acaba com o caráter de empresa de comunicação pública. A MP 744 é uma afronta aos princípios constitucionais que estabelecem a comunicação pública como um direito da sociedade brasileira. A medida fere o artigo 223 da Constituição Federal, que prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal (EBC, 2016).

Em entrevista ao site Brasil de Fato, a última presidenta do conselho, Rita Freire, diz que a empresa abandonou o modelo de comunicação pública, que se pauta no interesse social e coletivo. “O que está acontecendo com a EBC hoje, além do desmonte de vários setores, é servir ao governo federal como uma linha da transmissão dos seus interesses” (BRASIL DE FATO, 2016).

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público Federal, defende em nota técnica a inconstitucionalidade da MP que mais tarde se tornou lei.

> Para os membros do Ministério Público Federal, as inúmeras modificações na estrutura da EBC demonstram que a intenção foi enfraquecer a autonomia na formulação da linha editorial e da programação da emissora, buscando, assim, torná-la mais vulnerável em face do mercado e, em especial, do Poder Executivo. (MPF, 2016)

O Coletivo Intervozes (2017) denuncia que desde a edição da MP 744, em outubro de 2016, que se converteu em lei no ano de 2017, “dezenas de profissionais foram demitidos, programas foram retirados da grade das emissoras, contratos foram cancelados e funcionários estão sendo perseguidos” (INTERVOZES, 2017).

É importante ressaltar que nos últimos 10 anos, a TV Brasil veiculou mas de 400 programas entre as categorias cidadania, cultura, educação, esportes, infantil e notícias, com

programação voltada para o cidadão. Atualmente, conta com mais de quatro horas diárias de jornalismo ao vivo, exibe um programa voltado para pessoas portadoras de deficiência e a única TV aberta que dedica especial atenção ao público infantil, com a transmissão de mais de sete horas diárias de programas, além de contar com programas premiados compondo sua grade semanal.

6. Considerações Finais

Nos últimos 50 anos a TV pública brasileira passou por várias modificações, épocas de grande restrição e sucateamento de sua estrutura e outras de grande criatividade e programação de qualidade. No entanto o que não mudou ao longo de sua história é a vinculação das emissoras com o poder público e a falta de participação da sociedade na escolha da programação.

Essa falta de independência faz com que o modelo seja criticado por alguns autores, que acreditam que nosso modelo de TV educativa nada tem de público e se aproxima mais das TVs Estatais, que funcionam como canal de propaganda do Governo.

Quando a EBC foi fundada, em 2007, esse era um dos fantasmas que o então presidente Lula tentou espantar, e por isso fez com que ela tivesse um conselho curador com participação de membros da sociedade. Embora só o conselho curador não fosse suficiente para designar uma televisão pública, foi o mais próximo que conseguimos chegar na tentativa de alcançar um modelo em que a voz da audiência fosse ouvida e as minorias estivessem representadas.

Hoje, 11 anos depois de sua criação, o que vemos é o retrocesso trazido por um governo autoritário e com baixíssima aprovação popular. Sem a presença da sociedade nas decisões da Empresa Pública de Comunicação e com uma Direção Executiva escolhida pelo atual presidente vivemos um momento de incerteza sobre o futuro da televisão pública brasileira e a qualidade de seu conteúdo e programação, que estão à mercê das vontades do Executivo Federal e não a serviço da sociedade, como uma verdadeira TV deve ser.

Portanto, é preciso ter cautela e observar o desenrolar dessa nova fase da história da comunicação pública no Brasil, torcendo para que não sejamos vítimas de mais um

momento de sucateamento e usos escusos dos canais de comunicação que foram criados para refletir as diferenças da sociedade, facilitar o acesso a diversos pontos de vista e ofertar conteúdos variados para sua audiência.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Itamar. **TV Brasil: algo novo no ar**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012.

ARAÚJO, Valéria. **TV Pública no Brasil: história, regulamentação e a criação da TV Brasil.** Colóquio Internacional Televisão e Realidade. 21 a 24 de outubro de 2008. Salvador. Acesso em: 20 de março de 2018. Disponível em: http://www.tverealidade.facom.ufba.br/coloquio%20textos/Valeria%20Vilas%20Boas.pdf.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 de abril de 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm. Acesso em: 25 de abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8977.htm. Acesso em: 25 de abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm. Acesso em: 27 de abril de 2018.

BRASIL. Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13417.htm#art1. Acesso em: 27 de abril de 2018.

COUTINHO, Iluska e OLIVEIRA FILHO, Tarcísio. **A TV Pública no Brasil: a evolução histórica do formato e o papel da TV Brasil na promoção do jornalismo cidadão**. UFRJ. Rio de Janeiro: 2014

FRADKIN, Alexandre. **História da Televisão Pública/Educativa.** 2003. Disponível em: www.fndc.org.br. Acessado em: 20 de abril de 2018.

INTERVOZES. **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro.** São Paulo: Paulus, 2009.

_____. **Senado aprova MP de Temer que desmonta a EBC**. Revista Carta Capital. Publicado em 07/02/17. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/ intervozes/senado-vota-esta-semana-mp-que-desmonta-empresa-publica-de-comunicacao. Acesso em: 27 de abril de 2018.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

MPF. **PFDC defende inconstitucionalidade de MP que alterou a Empresa Brasil de Comunicação.** Publicado em: 07/10/16. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pfdc-defende-inconstitucionalidade-de-mp-que-alterou-a-empresa-brasil-de-comunicacao. Acesso em: 27 de abril de 2017.

NASSIF, Luis. **Um ano após o golpe, jornalistas da EBC denunciam desmonte da comunicação pública.** Disponível em: https://jornalggn.com.br/noticia/um-ano-apos-o-golpe-jornalistas-da-ebc-denunciam-desmonte-da-comunicacao-publica. Acesso em: 27 de abril de 2018.

NAZARENO, Claudio. **A implantação da TV pública no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2007.

SILVA JÚNIOR, Luiz Fernando da. **Haverá TV Pública no Brasil? Análise do papel da TV Educativa brasileira para compreensão dos rumos da TV Pública.** Dissertação (Mestrado em Comunicação). 118p. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2013.

TV Brasil. Disponível em: http://tvbrasil.ebc.com.br/. Acesso em: 27 de abril de 2018.

VALENTE, Jonas Chagas Lúcio. **TV Pública no Brasil: A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira**. Dissertação (mestrado). 208p. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.